



João Miranda

Assunto: Trigésima terceira reunião plenária do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 23 de março de 2012, 6.^a feira, pelas 14h00, reuniu o Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com a presença dos seguintes membros: Diretor, Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto, que presidiu, Prof. Doutor Rui Pinto, Prof. Doutor José Renato Gonçalves, Prof. Doutor João Miranda, que secretariou a reunião em virtude de o Mestre Marco Capitão Ferreira ter de se ausentar a partir das 15h, Mestre Marco Capitão Ferreira, D. Conceição Feiteiro, D. Dália Marinho e Estudantes André Machado, Francisco Magalhães, Luís Frias e Pedro Costa. Estiveram ainda presentes, nos termos estatutariamente previstos, sem direito de voto, a Secretária Coordenadora da Faculdade, Dra. Ana Paula Carreira, e o Representante da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa (AAF DL), Estudante Pedro Saraiva.

O Conselho, regularmente convocado pelo Diretor, tinha a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação das atas das reuniões anteriores (dias 1/02/2012, 14/02/2012 e 16/03/2012);
- 2) Reforma administrativa;
- 3) Outros assuntos.

Iniciada a reunião pelo Diretor, este começou por comunicar aos membros do Conselho que na última reunião da Assembleia da Faculdade, ocorrida no passado dia 20 de março, teve oportunidade de referir a necessidade de se avançar com a revisão estatutária. Tomando a palavra de seguida, o Mestre Marco Capitão Ferreira informou que já tivera oportunidade de fazer uma

João
Pinheiro
intervenção com o mesmo alcance na penúltima reunião da Assembleia da Faculdade.

Por indicação do Diretor e com acordo unânime dos restantes membros do Conselho, foi deliberada a inversão da ordem dos dois primeiros pontos da ordem de trabalhos. Relativamente a cada um dos pontos, foi deliberado o seguinte:

1) Reforma administrativa

O Mestre Marco Capitão Ferreira explicou que a comissão responsável pela compatibilização das diferentes propostas de reforma administrativa apresentadas chegara a um consenso quanto ao organograma de serviços da Faculdade, tendo sido distribuído aos membros do Conselho o documento que o reflete e que se junta em anexo à presente ata, salvo quanto à existência de um único núcleo administrativo na divisão administrativa e de relações externas ou ao desdobramento desse núcleo em dois núcleos: um núcleo de recursos humanos; um núcleo financeiro. Na apresentação inicial do documento, o Mestre Marco Capitão Ferreira referiu ainda que o documento carece agora de ser preenchido com a densificação das competências de cada divisão e núcleo.

Intervindo de seguida, a D. Conceição Feiteiro iniciou a sua intervenção sobre a reforma administrativa questionando a falta de menção no organograma ao Diretor e ao Conselho Académico, o primeiro por ser o órgão máximo no âmbito da gestão administrativa e financeira da Faculdade e o segundo porque tem competências próprias no que respeita à gestão. Manifestou posição contrária à junção da Divisão Administrativa com a Divisão de Relações Externas e sustentou também a necessidade de existência autónoma de um núcleo de recursos humanos e de um núcleo financeiro, posição que já tivera oportunidade de defender em sede de comissão. Mais salientou que não concordava com o facto de o gabinete de informática ser colocado a par do gabinete de apoio à gestão e acima das divisões administrativas, uma vez que o gabinete de informática constitui


João Miranda

presentemente mais do que um simples serviço de apoio, tanto mais que o respetivo coordenador é remunerado pelo exercício das suas funções. Assinalou ainda que o núcleo de saídas profissionais deveria ser separado do núcleo de relações externas e concluiu a sua intervenção referindo que o professor bibliotecário e os coordenadores científicos das relações externas deveriam ser ouvidos antes da aprovação da versão final de regulamento pelo Conselho.

O Estudante Luís Frias salientou que os representantes dos estudantes não abdicavam da existência de um núcleo de saídas profissionais, mas compreendiam que, atendendo ao atual contexto de contenção orçamental, seja necessário haver menos cargos dirigentes. Referiu igualmente que admite que a tarefa de comunicação da Faculdade seja realizada através de *outsourcing*.

A Secretária Coordenadora, Ana Paula Carreira, sustentou que a existência de um núcleo administrativo com as áreas financeiras, patrimoniais, recursos humanos e tesouraria numa altura em que desconhecíamos as tarefas a exportar para o SPUL era manifestamente difícil de gerir, defendendo por isso a divisão do núcleo administrativo em dois: núcleo de recursos humanos e núcleo financeiro.

O Prof. Doutor Rui Pinto tomou então a palavra para defender que a comunicação externa da Faculdade deveria ser colocada num patamar mais acima no organograma e que o gabinete de apoio à gestão deveria ter uma ligação mais próxima ao diretor.

Complementando a sua intervenção inicial, o Mestre Marco Capitão Ferreira salientou que a circunstância de a revisão estatutária remeter para regulamento próprio a organização dos serviços da Faculdade tornará mais fácil adaptar o funcionamento destes às reais necessidades de cada momento e que a reforma administrativa ora em discussão não pretende vigorar por 30 anos.

O Diretor agradeceu o trabalho da comissão e defendeu que o Diretor e o Conselho Académico sejam integrados no organograma. Sustentou também que a criação de mais núcleos contraria a necessidade de contenção de

despesas. Concluída a sua intervenção, colocou à votação do Conselho a proposta apresentada pela comissão de existência de um único núcleo administrativo, tendo a mesma sido aprovada com a abstenção do Diretor, os votos contra da D. Conceição Feiteiro e da D. Dália Marinho e os votos a favor dos restantes oito membros do Conselho. A D. Conceição Feiteiro anunciou que iria redigir voto de vencido, que se encontra anexo à presente ata e que foi também subscrito pela D. Dália Marinho.

Encerrada a votação, o Diretor defendeu a necessidade de a comissão preencher os conteúdos de cada estrutura administrativa. Tomando a palavra, a D. Conceição Feiteiro solicitou o afastamento da comissão porque não concorda com o organograma aprovado. Em razão deste pedido de afastamento, o Diretor assinalou que iria estudar o modo como seria assegurada a representação dos trabalhadores na comissão.

O Mestre Marco Capitão Ferreira mostrou disponibilidade para prosseguir o trabalho realizado ao nível do preenchimento das competências dos serviços, mas salientou a necessidade de a comissão ter mandato para ouvir os responsáveis de cada um dos serviços. O Conselho deliberou por unanimidade conferir esse mandato à comissão.

Intervindo de seguida, a D. Conceição Feiteiro referiu que o organograma final aprovado contraria a intenção inicial do Diretor quando abriu a discussão em torno da reestruturação administrativa da Faculdade, sobretudo porque não satisfaz a necessidade de resolver os problemas de progressão na carreira dos trabalhadores que foram sacrificados ao longo dos últimos anos.

Tomando a palavra, o Diretor interveio para sustentar que o resultado final aprovado não inviabiliza a progressão dos trabalhadores, tendo anunciado que juntará declaração de voto à ata a explicar isso mesmo e o modo como procurará resolver as situações dos referidos trabalhadores (cfr. declaração junta em anexo).

2) Aprovação das atas das reuniões anteriores. As atas das reuniões anteriores de 1/02/2012, 14/02/2012 e 16/03/2012 foram aprovadas por


João Miranda

unanimidade. No final da discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o Mestre Marco Capitão Ferreira ausentou-se para lecionar uma aula no curso de licenciatura.

3) Outros assuntos

O Diretor informou o Conselho que se reuniu com a comissão responsável pelo estudo do novo edifício da Faculdade, presidida pelo Dr. João Martins Claro e integrada também pelos Profs. Doutores João Miranda e Miguel Assis Raimundo. Referiu que, embora ainda existam vários aspetos em aberto, a comissão propõe a localização do novo edifício na parte traseira da Faculdade, assim permitindo a ampliação da biblioteca. Assinalou igualmente que o novo edifício é fundamental para o desenvolvimento dos institutos e dos centros de investigação, os quais são fundamentais para a angariação de receitas próprias pela Faculdade. Neste mesmo sentido, venceu a necessidade de criação de carreiras de investigação que permitam satisfazer as expectativas dos docentes que se encontram no início da carreira. Referiu ainda que a comissão propõe a realização de várias obras de melhoramento nos atuais edifícios.

De seguida, interveio o Prof. Doutor João Miranda que, em complemento das informações prestadas pelo Diretor, referiu que, não obstante as suas reservas iniciais em relação à construção do novo edifício, neste momento está convencido da sua necessidade para a ampliação da biblioteca e para a criação de centros de investigação na Faculdade. Mencionou também que a comissão concluiu que é fundamental proceder a várias adaptações nos edifícios existentes para os preparar para receber um número crescente de alunos de estudos pós-graduados. Para tanto, será necessário oferecer melhores condições em termos de conforto. Acrescentou ainda que a comissão considera essencial o arranjo paisagístico da zona envolvente dos edifícios da Faculdade. Concluiu a sua intervenção, informando que a comissão espera em breve apresentar um relatório mais pormenorizado e enaltecendo o trabalho realizado pelo Dr. João Martins Claro, cuja presidência da comissão permite manter a coerência com o trabalho efetuado pelo Conselho Diretivo na década de 90 do século passado.


João Miranda

Tomando novamente a palavra, o Diretor agradeceu o trabalho de todos os membros da comissão.

De seguida, o Estudante Pedro Saraiva agradeceu o trabalho da comissão e exprimiu a concordância com as linhas gerais apresentadas. No mesmo sentido se pronunciou o Estudante Luís Frias, tendo acrescentado a importância do novo edifício para a Faculdade gerar receitas através da prestação de serviços à sociedade.

A partir deste momento, a D. Conceição Feiteiro teve de ausentar-se da reunião.

Usando de novo da palavra, o Diretor informou que serão adotados todos os procedimentos necessários para acautelar os saldos das contas da Faculdade no Instituto de Gestão do Crédito Público e em instituições bancárias, tarefa que foi cometida à Secretária-Coordenadora.

Igualmente intervindo por mais uma vez, o Prof. Doutor João Miranda propôs ao Conselho que fosse elaborado, sob coordenação do Prof. Doutor José Renato Gonçalves, um relatório exaustivo sobre a situação das instalações da Faculdade, o que foi aprovado por unanimidade.

O Prof. Renato Gonçalves informou o Conselho que já foram solicitados relatórios sobre o estado das instalações e equipamentos da Faculdade, incluindo sobre os assentos e "mesas" do Anfiteatro 1 e das chamadas salas de exames, na ala sul do edifício principal, nitidamente a necessitarem de reparação, bem como propostas de solução para os problemas já identificados, que, em geral, prejudicam o conforto e a boa utilização de instalações e equipamentos. Por outro lado, ainda no que respeita ao conforto geral, referiu que foram tentados alguns ajustamentos pontuais, como a verificação dos batentes das portas exteriores não automáticas (do átrio principal, para a zona do bar junto à entrada), a fim de evitar que a temperatura interior baixasse ao nível da temperatura exterior, nos dias de maior frio. Equacionou-se mesmo a viabilidade e/ou adequação de uma eventual substituição das portas manuais por portas automáticas, de modo a impedir que a temperatura interior "coincida" sempre com a exterior. Quanto aos relatórios já elaborados, alguns respeitam a infiltrações em


João Miranda

diversos espaços da Faculdade: no átrio do edifício principal, junto da entrada, nas instalações da divisão académica, no piso zero, nas instalações da biblioteca e no auditório, no edifício novo. Como os relatórios pedidos são parcelares mas os problemas são transversais e significativos, concluiu que se justifica a elaboração de um relatório exaustivo e actualizado sobre os mesmos.

Seguidamente, interveio o Prof. Doutor Rui Pinto que chamou a atenção de, antes de mais, ser necessário mudar de perspetiva e escolher o modelo de Faculdade que pretendemos. Para tanto, assinalou que é fundamental melhorar e requalificar os edifícios existentes, tornando-os mais atuais. Referiu também a importância de o novo edifício ser sustentável. Concluiu a sua intervenção, defendendo que os institutos têm de contribuir para o desenvolvimento da Faculdade.

O Estudante Pedro Costa concordou com a necessidade de repensar as instalações dos edifícios existentes, dando como exemplo as fracas condições dos anfiteatros 6 a 8, que terão sido mal gizados.

Tendo o Diretor dada por encerrada a discussão sobre o novo edifício da Faculdade, o Prof. Doutor João Miranda tomou a palavra para referir que os dados enviados pela Divisão Académica aos membros do Conselho quanto à repartição do número de alunos por subturma revelam um grande desequilíbrio entre as turmas de dia e de noite e obrigam este órgão a tomar providências para o próximo ano letivo.

Corroborando a posição exposta, o Prof. Rui Pinto sustentou que o número de alunos por subturma na turma da noite não garante boas condições de funcionamento da avaliação contínua e se torna necessário criar, pelo menos, mais uma subturma no 2.º, 3.º e 4.º anos da turma da noite.

Em consonância com as duas intervenções efetuadas, o Conselho aprovou por unanimidade a manutenção do número de subturmas nas turmas de dia que têm funcionado no presente ano letivo: 18 subturmas no 1.º ano, 14 no 2.º ano, 11 no 3.º ano e 9 no 4.º ano. Igualmente por unanimidade, o Conselho aprovou que na turma da noite funcionarão no ano letivo de 2012/2013, 6 subturmas no 1.º ano, 5 no 2.º ano, 4 no 3.º ano e 4 no 4.º

ano. O Diretor informou que iria comunicar esta deliberação ao Conselho Científico para efeitos de preparação da distribuição de serviço docente no próximo ano letivo.

Tomando de seguida a palavra, o Estudante Pedro Saraiva questionou o Diretor sobre o funcionamento da Comissão de Comemorações do Centenário da Faculdade, tendo o Diretor dado os esclarecimentos necessários e referido que se encontra em avaliação o que irá ser feito.

O Estudante Pedro Costa informou o Conselho sobre a participação da Faculdade nas comemorações do 50.º aniversário do Dia do Estudante de 1962. Usando da palavra, o Diretor louvou o trabalho efetuado pelos estudantes Pedro Costa e Catarina Teixeira no âmbito da participação da Faculdade nas comemorações desta efeméride.

O Diretor ouviu os membros do Conselho sobre a data da próxima reunião, tendo ficado acordado que a mesma se realizaria no dia 3 de abril de 2012 às 9h30.

Nada mais havendo a discutir, o Diretor encerrou os trabalhos às 16h.

Lisboa, 23 de Março de 2012

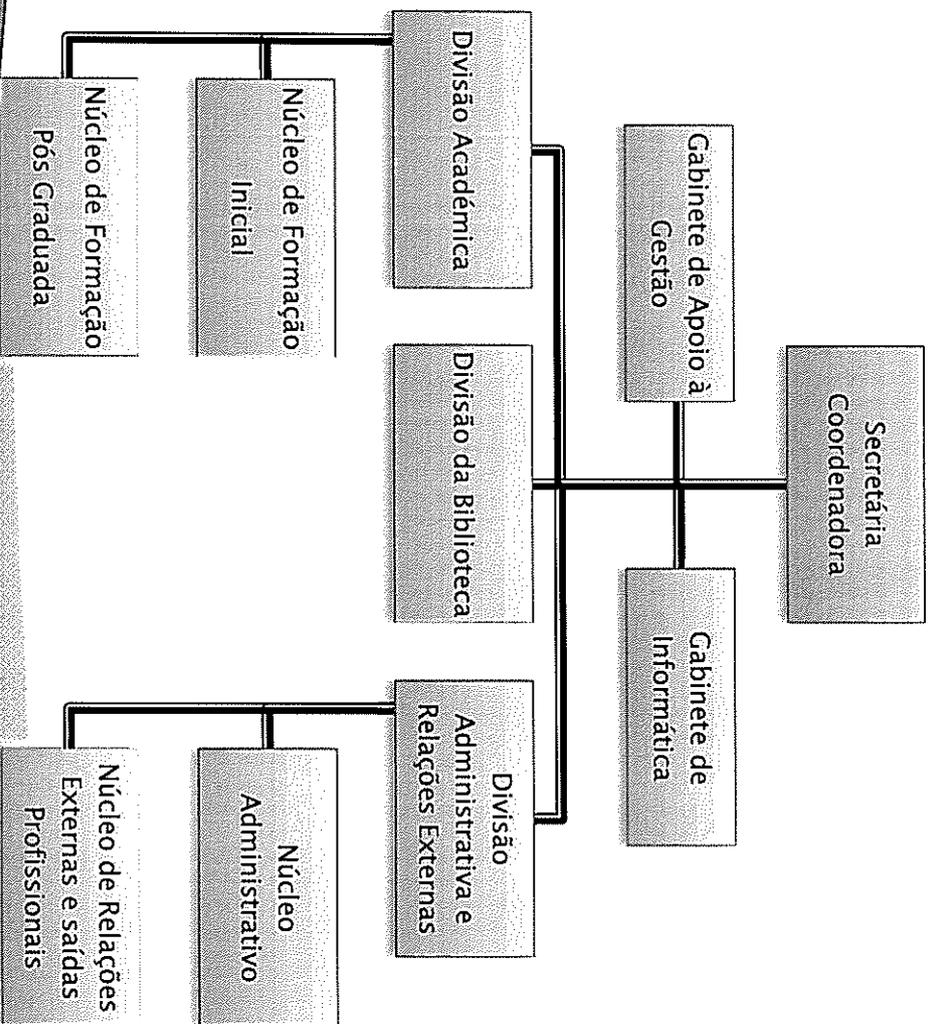
O Diretor

(Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto)

O Substituto do Secretário


(Prof. Doutor João Miranda)

Organograma





DECLARAÇÃO DE VOTO

A Reforma Administrativa da FDL, como está no Plano Estratégico, destina-se a adequar os serviços da Escola nos planos institucional, funcional, metodológico, orgânico e dos recursos humanos às tarefas para que hoje eles são solicitados, preparando-os também para os desafios colocados pelas alterações legais, regulamentares e estatutárias.

Como sempre deixei expresso, a nova regulamentação pode cumprir este desiderato sem prejudicar a progressão dos trabalhadores ou o cumprimento de expectativas legítimas de quem tudo tem dado à FDL em troca de pouco ou nada. Assim sendo, fica mais uma vez referida, como orientação política para a Reforma, a salvaguarda das situações já recenseadas de progressão e consolidação nas carreiras administrativas dos nossos funcionários.

Lisboa, 23 de Março de 2012

O Director

(Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto)

DECLARAÇÃO DE VOTO

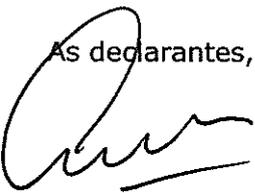
Maria da Conceição Freire Feiteiro e Dália Barros Marinho, representantes eleitos dos trabalhadores não docentes da Faculdade de Direito, para o Conselho Académico, vêm apresentar a sua declaração de voto quanto à deliberação tomada na reunião do dia 23 de março de 2012, nos termos e com os fundamentos seguintes:

1. A Faculdade tem neste momento em vigor um Regulamento dos Serviços Administrativos Técnicos e Académicos, publicado no DR o qual já correspondeu a uma indispensável modernização do funcionamento da Faculdade, imposta pelas novas exigências. Também constituiu propósito deste a qualificação dos recursos humanos prevendo-se a existência de Divisões, a serem providas por licenciados com experiências nas áreas.
2. O desiderato daquele Regulamento foi a criação e a procura das melhores soluções para uma maior eficiência e eficácia das decisões/deliberações perante os docentes, discentes, trabalhadores e público, em geral. A eficiência e eficácia de qualquer serviço administrativo tenha ele a designação que tiver, não se compadece com a proliferação de centros de decisão susceptíveis de originar conflitos positivos e negativos de competências pela concentração de poderes;
3. Portanto, aquela alteração endógena decorreu do "pensar e sentir" a Faculdade de todos os seus corpos, em especial, do pessoal não docente, dirigentes, e titulares de órgãos de gestão.
4. Na versão final do novo Organograma para os Serviços Administrativos da Faculdade não podemos concordar com a existência da *divisão administrativa e relações externas*, com um núcleo administrativo e um núcleo de relações externas e saídas profissionais;
5. É nosso entendimento, que as competências da Divisão deviam ser menos abrangentes. Não nos parece que as Relações Externas devam estar incluídas na mesma, bem como não concordamos com um núcleo administrativo onde são indeterminados os serviços que o compõem.
6. Quando se deviam agilizar procedimentos, desburocratizando-os, dando maior eficiência, eficácia e rapidez às decisões, a amplitude e diversificação de competências no âmbito daquela Divisão em nada favorece aqueles desígnios.

7. Continuamos a ter dúvidas quanto à relação custo-benefício para a Faculdade resultante da partilha de funções e competências com os SPUL. Com a proliferação cruzada de centros de decisão e serviços, importa, acima de tudo, acautelar e pensar a gestão dos recursos humanos em zonas e áreas conflituantes no âmbito do exercício de funções
8. O exposto, são algumas das nossas sérias reservas à implementação do actual modelo organizativo para a Faculdade, pelo que, pela presente **declaração de voto, nos manifestámos contra** a tomada de deliberação ocorrida no dia 23, na reunião do Conselho Académico.

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 27 de março de 2012.

As declarantes,



Deliberado